CAROLINA TEODORO FALLEIROS

Alcance subjetivo das decisões judiciais sobre interesses metaindividuais

Dissertação de mestrado

Orientador: Professor Associado Rodolfo de Camargo Mancuso

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2014

CAROLINA TEODORO FALLEIROS

Alcance subjetivo das decisões judiciais sobre interesses metaindividuais

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Associado Rodolfo de Camargo Mancuso.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2014

BANCA EXAMINADORA

Professor Associado Rodolfo de Camargo Mancuso

Membro – Universidade de São Paulo

Membro – Professor Doutor

Aos meus pais, por razões que palavras não explicam.

RESUMO

A tutela dos interesses metaindividuais em juízo e a busca de mecanismos que assegurem que o processo seja instrumento para o acesso substancial à justiça inserem-se no contexto das “ondas renovatórias” do processo civil. Embora o movimento em questão situe-se cronologicamente na década de 1960, o ordenamento jurídico pátrio ainda não fez fluir simultaneamente as três ondas. Os denominados interesses metaindividuais abrangem tanto os interesses essencialmente coletivos, nos quais se incluem os difusos e coletivos, quanto os interesses doutrinariamente denominados de acidentalmente coletivos, correspondentes, nos termos do microssistema processual coletivo, ao conceito de interesse individual homogêneo. No Brasil, a tutela jurisdicional de interesses metaindividuais pode se dar através do processo coletivo e, também, por meio do processo civil tradicional, caso apresentem viés estritamente individual. A dificuldade de enquadramento de determinados interesses dentro dos conceitos legais dados pelo microssistema processual coletivo é recorrente no cotidiano jurisprudencial. O processo civil vigente não apresenta mecanismo normativo apto a evitar a concomitância entre ações individuais e coletivas sobre uma mesma questão jurídica, razão pela qual o sistema convive com demandas de massa repetitivamente levadas ao Poder Judiciário. O processo coletivo, no entanto, não é a única alternativa processual existente para o manejo racional de processos repetitivos: as denominadas ações de grupo prestam-se à resolução isonômica de tais demandas sem que, para tanto, sejam necessárias ficções representativas e grandes debates acerca da legitimidade. O presente trabalho presta-se à análise de tais possibilidades, tendo por norte a otimização do alcance subjetivo da decisão judicial que trate de interesse metaindividual. Encontra-se em trâmite na Câmara dos Deputados o projeto do Novo Código de Processo Civil, que traz, dentre as inovações destinadas ao tratamento de demandas de massa, o incidente de resolução de demandas repetitivas, a centralização de processos repetitivos e a conversão da ação individual em coletiva, mecanismos estes que integrarão o objeto do presente estudo.

Palavras-chave: Direito Processual Civil. Interesses metaindividuais. Demandas repetitivas. Processo coletivo. Ações de grupo. Decisões judiciais. Alcance subjetivo.

ABSTRACT

The judicial protection of group rights and the search for mechanisms that ensure that civil procedure is actually an instrument for substantial access to justice fall into the context of the “waves of reform”. Although such motion is chronologically situated in the 1960’s, Brazilian Law has not yet fulfilled the task of simultaneously flowing the three waves. The so called group rights refer, in Brazilian Law, both essentially and occasionally group rights. The latter refers, in Brazilian Civil Procedure, to the concept of “homogeneous individual rights”. In Brazil, the judicial protection of group rights can be led through class actions or individual suits, as long as the right involved has a strictly individual aspect. The difficulty of framing some rights into the legal concepts is iterant in Brazilian Courts’ daily routine. The current Civil Procedure does not have tools able to avoid the concomitance between individual suits and class actions that refer to the same legal issue. For that reason, the judiciary deals with repetitive suits. Class actions, however, are not the only procedural alternative to rationally dealing with repetitive suits: group actions also aim to adequately resolving suits, but without involving issues as adequacy of representation or further concerns related to standing to sue. This research is dedicated to the analysis of such possibilities, having in mind the optimization of the subjective range of judicial decisions that refer to group rights. The Project of the new Brazilian Civil Procedure Code, currently at the Brazilian Chamber of Deputies, brings, among the innovations that intend to deal with repetitive suits, the incident of resolution of repetitive suits, the centralization of repetitive suits and the possibility of conversion of individual suits into class actions. All of these innovations will also be analysed.

Keywords: Civil Procedure. Group rights. Repetitive suits. Class action. Group action. Courts’ decisions. Subjective range.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O SISTEMA DAS CLASS ACTIONS NOS ESTADOS UNIDOS.....	15
1.1. <i>Class actions</i> : breves considerações.....	17
1.2. Pré-requisitos das <i>class actions</i>	19
1.2.1. Legitimidade no sistema das <i>class actions</i> : o controle da representatividade adequada.....	21
1.3. Tipos de <i>class actions</i>	23
1.4. A fase de certificação (<i>certification</i>) de uma <i>class action</i>	32
1.5. O direito de autoexclusão (<i>right to opt out</i>) nas <i>class actions</i>	35
1.6. Perspectiva atual das <i>class actions</i> nos Estados Unidos.....	38
2. O SISTEMA PROCESSUAL COLETIVO ADOPTADO NO BRASIL: INTERESSES OU DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS, METAINDIVIDUAIS OU COLETIVOS EM SENTIDO LATO.....	41
2.1. A tripartição dos interesses transindividuais em difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	45
2.2. Análise de caso paradigmático: o contencioso da “tarifa telefônica”.....	49
2.2.1. A concomitância entre demandas coletivas e individuais: o bem ou objeto jurídico como elemento identificador da demanda coletiva.....	58
2.3. Considerações sobre a eficácia subjetiva da coisa julgada no sistema processual coletivo brasileiro.....	64
2.3.1 Defesa coletiva de interesses <i>processualmente</i> passíveis de tratamento individual que, <i>substancialmente</i> , requerem decisões unitárias: um impasse.....	68
2.4. Perspectiva <i>de lege ferenda</i> : a sugestão de projeto de lei para instituir processo especial para o controle e intervenção em políticas públicas pelo poder judiciário.....	74

3. AS <i>GROUP ACTIONS</i> OU AÇÕES DE GRUPO PARA O PROCESSAMENTO DE DEMANDAS DE MASSA.....	78
3.1. As <i>group actions</i> em ordenamentos estrangeiros: o <i>Musterverfahren</i> alemão.....	78
3.1.1. Antecedentes, escopo, procedimento e alcance subjetivo do <i>Musterverfahren</i>	82
3.1.2. A natureza do alcance subjetivo da decisão-modelo (<i>Musterentscheid</i>).....	87
3.1.3. Sistema recursal no <i>Musterverfahren</i>	93
3.1.4. Perspectiva atual do <i>Musterverfahren</i> na Alemanha.....	94
3.1.4.1. Ceticismo acerca da necessidade do Procedimento-Modelo dado o papel desempenhado pelo julgador no processo civil alemão.....	94
3.1.4.2. Apontada insuficiência do <i>Musterverfahren</i> : a situação dos pequenos acionistas e a questão do nexo causal.....	95
3.1.4.3. Cotejo entre as críticas ao <i>Musterverfahren</i> e o modelo projetado para o incidente de resolução de demandas repetitivas brasileiro.....	99
 4. REFORMAS NO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO COM VISTAS AO MANEJO DE DEMANDAS DE MASSA.....	 105
4.1. Reformas infraconstitucionais.....	106
4.1.1. Deslocamento do julgamento para órgão a ser indicado pelo regimento interno do tribunal.....	106
4.1.2. Negativa de seguimento a recurso em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante ou, inversamente, imediato provimento em caso de manifesto confronto da decisão recorrida com súmula ou jurisprudência dominante.....	109
4.1.3. “Súmula impeditiva de recursos” e julgamento preliminar de improcedência.....	113
4.1.4. Julgamento de recursos repetitivos: métodos de uniformização da jurisprudência pelos tribunais superiores.....	119
4.1.4.1. A configuração constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça: recurso extraordinário e recurso especial como meios de uniformização da interpretação da Constituição e da legislação federal infraconstitucional.....	121

4.1.4.2. Conflitos entre o sistema atual e a proposta de emenda constitucional nº 15/2011.....	124
4.1.4.3. Potenciais conflitos entre o projeto do novo Código de Processo Civil e a proposta de emenda constitucional nº 15/2011.....	128
4.2. Breves considerações sobre a súmula vinculante.....	130
4.3. Reformas na legislação processual esparsa.....	133
4.3.1. A Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal (Lei nº 10.259 de 12 de julho de 2001): o pedido de uniformização de interpretação de lei federal.....	133
4.3.2. A Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153 de 22 de dezembro de 2009): o pedido de uniformização de interpretação de lei.....	137
4.3.2.1. Análise de dados referentes ao pedido de uniformização de lei no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	138
4.4. O projeto do novo Código de Processo Civil: o incidente de resolução de demandas repetitivas e demais inovações com vistas ao manejo de demandas de massa.....	143
4.4.1. O incidente de resolução de demandas repetitivas.....	143
4.4.1.1. Legitimidade para postulação da instauração do incidente.....	144
4.4.1.2. Instrução do pedido de instauração do incidente.....	146
4.4.1.3. Desistência ou abandono do incidente.....	148
4.4.1.4. Juízo de admissibilidade e julgamento do incidente.....	149
4.4.1.5. Registro, publicidade e identificação dos processos sujeitos ao incidente.....	152
4.4.1.6. Julgamento e recurso cabível contra a decisão que resolve o incidente.....	153
4.4.2. Demais inovações com vistas ao manejo de demandas de massa.....	155
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176